



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO DE LEITURA NO CONTEXTO DA CRISE  
ESTRUTURAL DO CAPITAL**

Fernanda Gonçalves de Laia

nanda\_tyler@hotmail.com

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro

Brasil



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **RESUMO**

Esta comunicação pretende analisar as diretrizes das políticas educacionais para o ensino de leitura que foram formuladas na Conferência de Jontiem (1990), difundidas pelos intelectuais orgânicos e materializadas em documentos oficiais da política nacional brasileira – os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Esses documentos têm determinado as diretrizes educacionais para a formação do trabalho simples no contexto do capitalismo. Com a crise estrutural do capital nos anos 1970, a burguesia iniciou um duplo movimento para recompor suas bases de acumulação. No primeiro movimento, ocorreram mudanças na base estrutural de produção, instituindo um modelo de acumulação flexível; no segundo, a superestrutura foi redefinida, ocasionando uma ampla reforma no Estado e na sociedade civil com a insurgência de inúmeros aparelhos privados de hegemonia na difusão de novas competências para a formação de um novo tipo de trabalhador. Em 2011, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), com a justificativa de melhorar o desempenho dos alunos das escolas estaduais no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), implementou o Currículo Mínimo que tem por objetivo servir de referência e é composto por competências, habilidades e conteúdos básicos que norteiam os planos de curso e de aulas dos docentes. Partindo dessa conjuntura, este trabalho busca compreender como as competências e habilidades do Currículo Mínimo de Língua Portuguesa têm direcionado a adequação dos patamares mínimos de aprendizagem no ensino de leitura para o desempenho de tarefas simples no mercado de trabalho no século XXI. Nesse sentido, para dar tratamento a essa análise, abordaremos o materialismo histórico dialético como referencial teórico e utilizaremos, como procedimento metodológico, a análise de documentos dos organismos internacionais e nacionais, o Currículo Mínimo de Língua Portuguesa da SEEDUC e a literatura básica sobre o assunto.

### **ABSTRACT**

This communication intends to analyze the guidelines of educational policies for reading teaching that were formulated in the Conference of Jontiem (1990), disseminated by the organic intellectuals and materialized in official documents of the Brazilian national policy - National Curricular Parameters (PCN); the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB); and the National Curriculum Guidelines (DCN). These documents have determined the educational guidelines for the formation of simple work in the context of capitalism. With the structural crisis of capital in the 1970s, the bourgeoisie began a double movement to rebuild its bases of accumulation. In the first movement, changes occurred in the structural basis of production, instituting a model of flexible accumulation;



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

in the second, the superstructure was redefined, bringing about a broad reform in the State and civil society with the insurgency of innumerable private hegemony devices in the diffusion of new skills to the formation of a new type of worker. In 2011, the State Secretariat of Education of Rio de Janeiro (SEEDUC), with the justification of improving the performance of the students of the state schools in the Basic Education Development Index (IDEB), implemented the Minimum Curriculum that aims to serve as a reference and is composed of skills, skills and basic contents that guide the course plans and teachers' classes. Based on this context, this work seeks to understand how the skills and abilities of the Portuguese Minimum Curriculum have directed the adaptation of the minimum levels of learning in reading teaching for the performance of simple tasks in the 21st century labor market. In this sense, in order to give treatment to this analysis, we will approach dialectical historical materialism as a theoretical reference and we will use, as a methodological procedure, the analysis of documents of international and national organisms, the Portuguese Minimum Curriculum of SEEDUC and the basic literature on the subject.

### **Palabras clave**

Currículo Mínimo, Crise do Capital, Trabalho Simples.

### **Keywords**

Minimum Curriculum, Crisis of Capital, Simple Work.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### I. Introdução

No contexto da crise estrutural do capital, a educação só pode ser entendida a partir da análise das diretrizes gerais e educacionais dos organismos internacionais. Esses organismos internacionais, na década de 1990, direcionaram suas políticas para os países da América Latina com objetivo de redefinir a educação escolar para a formação do trabalho simples. No Brasil, a formação para o trabalho simples baseia-se na concepção de mundo burguesa, que objetiva a preparação dos jovens para o mercado de trabalho. Dessa forma, ela difunde, através dos aparelhos privados de hegemonia, valores que intensificam a reprodução do capital e disciplinam os trabalhadores para o empreendedorismo, empregabilidade e colaboração (MARTINS e NEVES, 2015).

Nesse sentido, analisamos o conceito de crise estrutural do capital para compreender o movimento de recomposição burguesa na economia e na política. Desse modo, buscamos entender a refuncionalização do Estado após a crise estrutural, partindo dos principais fundamentos do projeto neoliberal e da terceira via. Além disso, refletimos sobre os desdobramentos dessa crise na escola pública, seu processo de recomposição do mercado de trabalho e suas implicações para a formulação do currículo do ensino básico, tendo como referência o Currículo Mínimo da rede estadual de educação do Rio de Janeiro.

### II. Crise estrutural do capital, recomposição burguesa e a contrarreforma do Estado

O sistema de capital, depois de viver períodos de alternância entre expansão e crise ao longo da história, entrou em uma “crise estrutural, marcada por um *continuum* depressivo” (ANTUNES, 2009, p.10). Assim, Mészáros (2014) classificou essa crise em quatro temas fundamentais: universal; global; temporal permanente e gradual.

A crise estrutural afeta a totalidade do modo de reprodução sociometabólica do capital, formado pelo tripé: *capital, trabalho assalariado e Estado*. Dessa forma, a intensificação da precarização trabalho é, certamente, um componente vital da crise estrutural do capital, como ressalta Antunes:



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

[...] estamos presenciando profundas repercussões no mundo do trabalho em escala global [...] a erosão do trabalho da era taylorista e fordista – que está sendo substituído pelas diversas formas de empreendedorismo, cooperativismo, trabalho voluntario [...] caminhando em direção a uma precarização estrutural da força de trabalho. (ANTUNES, 2009, p.13)

Ademais, o desemprego atinge homens e mulheres, servindo como justificativa para os empresários forçarem o aumento da “flexibilidade da legislação trabalhista”, alegando que os empregos serão preservados. As reformas têm mostrado que, com a terceirização e as perdas de direitos trabalhistas, o desemprego vem crescendo.

Um movimento de recomposição burguesa em busca do aumento das taxas de lucro e da redefinição dos mecanismos de mediação do conflito entre o capital e o trabalho surgiu como resposta à crise estrutural. Esse movimento se deu tanto na esfera estrutural, por meio da adoção do modelo japonês, o toyotismo; quanto na esfera superestrutural, com uma ampla reforma no aparelho estatal.

Nessa nova forma produtiva, criou-se uma articulação entre descentralização produtiva e avanço tecnológico (microeletrônica), onde a produção era flexível e horizontalizada, diferente da verticalização rígida fordista. No toyotismo, a produção é conduzida por uma demanda e sustenta-se na existência de um estoque mínimo. Os métodos de gestão são baseados no *Just in time* e no *Kanban* que asseguram o controle de qualidade do estoque.

Desse modo, o novo modelo de gestão do trabalho passou também a exigir um novo tipo de trabalhador, polivalente, operando várias máquinas ao mesmo tempo. No chão da fábrica, a hierarquia também reduziu, pois esse trabalhador assume o papel de controle e de chefia.

Esse novo modelo de organização e gestão do trabalho transformam as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora e atingem as formas de organização política, criando obstáculos na constituição de uma consciência de classe e enfraquecendo assim a resistência à reestruturação produtiva.

Assim, esse processo de reestruturação das relações sociais de produção ocorreu com um importante apoio do Estado Neoliberal. As políticas sociais foram marcadas por um discurso ideológico; “elas são: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e devem ser acessadas via mercado”, deixando de ser direito social universal, configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

As primeiras experiências do neoliberalismo ocorreram na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Alemanha, no final dos anos 1970 e início da década de 1980. Contudo, no início dos anos 1970, por meio de um golpe militar, o neoliberalismo foi implementado no Chile. No início dos anos 1990, o neoliberalismo começa a dar sinal de crise, pois os índices econômicos revelavam o crescimento das desigualdades sociais, sobretudo, em relação ao desemprego. Assim, em vez de uma forte reação ao neoliberalismo, essa ideologia ganhou mais um fôlego. Isso ocorreu devido ao fim do socialismo na Europa Oriental e na URSS (ANDERSON, 1995).

Em 1994, foi formulada a Terceira Via em resposta à crise da socialdemocracia clássica quanto ao neoliberalismo de Thatcher. Essa expressão “Terceira Via” diz respeito a uma estrutura de pensamento e prática política que busca adaptar a socialdemocracia a um mundo em constante transformação, isto é, trata-se de uma tentativa de transcender tanto a socialdemocracia do velho estilo quanto o neoliberalismo (GIDDENS, 1999).

A Terceira Via tinha como princípio básico a reforma do Estado, através de parceria com instituições da sociedade civil. Segundo Giddens (1999), o Estado deve ser descentralizado, transparente na esfera pública, eficiente na prestação de serviços e apresentar mecanismos de democracia direta, entre outros. Portanto, a reforma do Estado passaria pela implantação de métodos baseados na lógica mercantil, isto é, a adoção de estratégias formuladas segundo os padrões da eficiência econômica.

O Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal, pois a presença de uma forte burguesia nacional, protegida pelo Estado, e um movimento social e político de esquerda gerou um nível de correlação de força a ponto de impedir uma simples imposição dessa ideologia. O histórico da dilapidação do Estado brasileiro foi um elemento que o favoreceu a implementação dessa ideologia no país. De acordo com Oliveira (1995), o desespero popular preparou o terreno para que Fernando Collor fosse eleito em 1989. O candidato Collor de Melo do Partido da Renovação Nacional (PRN) disputou o segundo turno com Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse contexto, Lula da Silva apresentava seu projeto democrático-popular, que era o oposto do projeto neoliberal que as frações da burguesia desejavam.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Já nos anos 1990, a crise econômica atingiu a economia da América Latina, especialmente, México, Argentina e Brasil. Nesse contexto, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi eleito como presidente da república. Segundo Antunes (2005), Cardoso reimplementou o programa de Collor por meio um processo brutal de privatizações, desindustrialização e integração do país à ordem mundializada.

De acordo com Antunes (2005), o governo Fernando Henrique Cardoso caracterizava a continuação de uma política econômica destrutiva que reprimia os movimentos sociais e sindicais. No governo de Cardoso, além da violência do Estado, uma nova pedagogia da hegemonia era difundida por agentes organizados em aparelhos privados de hegemonia e em agência da sociedade política, buscando difundir a dinâmica do capital em todos os espaços (escolas, sindicatos, associações, etc.) (NEVES, 2005). Nesse período, foi efetivada a reforma do Estado brasileiro, materializada no Plano Diretor da Reforma do Estado do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (PDRE-Mare).

Segundo Bresser (1997), a reforma do aparelho do Estado parte da existência de quatro setores dentro do Estado: o núcleo estratégico do Estado; as atividades exclusivas do Estado; os serviços não exclusivos ou competitivos; e a produção de bens e serviço para o mercado. No âmbito social, o Estado deveria ser mais eficiente; no entanto, os serviços de saúde e educação, dentre outros, deveriam ser realizados por organizações públicas não-estatais. Dessa forma, o Estado deixa de ser executor das políticas sociais, como por exemplo, educacional, para ser um regulador. Acentua-se a governança por meio da transição de um tipo rígido e ineficiente de administração pública burocrática para administração gerencial, flexível e eficiente, dirigida para o atendimento do cidadão.

Em primeiro lugar, é errônea a explicação da crise dos anos 1970 como uma crise localizada no Estado, como defende os intelectuais orgânicos desse projeto. Behring (2008) caracteriza esse processo sócio-histórico como contrarreforma, pois mantém a condução conservadora e moderniza apenas a ponta. Nesse aspecto, isso difere da modernização conservadora e da Revolução Passiva, pois o que está por trás da contrarreforma é o ajuste fiscal, a privatização e a desresponsabilização do Estado com as políticas sociais. Sendo assim, o trinômio do neoliberalismo para as políticas públicas:



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

privatização, focalização e descentralização foram ampliados pelo Programa de Publicização, característico do projeto da terceira via.

Depois de uma década de “desertificação econômica e social”, uma conjuntura favorável foi criada para a eleição do líder do movimento operário, Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo Antunes (2005), para vencer, Lula precisou fazer muitas concessões, “aliando-se, além de vários partidos de esquerda, ao Partido Liberal (PL)” (ANTUNES, 2005, p.134). A política implementada pelo governo de Lula foi, em parte, a continuidade do transformismo e da adequação à ordem e à institucionalidade.

Boito Junior (2012) explica que a chegada de Lula à presidência da república aconteceu no contexto, marcado pelo movimento de recomposição de frações burguesas no interior do bloco no poder do Estado brasileiro. O projeto econômico desenvolvido entre os governos de Lula (2002-2010) e a grande burguesia interna é projeto neodesenvolvimentista (BOITO JUNIOR, 2012).

Segundo o autor, é necessário compreender as diferenças que existem entre a grande burguesia interna e a grande burguesia integrada e subordinada ao capital estrangeiro, aliada do PSDB. No entanto, essas diferenças não podem ser vistas sob o aspecto maniqueísta, pois tanto a grande burguesia compradora quanto a grande burguesia interna compõem o mundo do capital. Desse modo, o que diferencia essas duas frações da classe dominante é a posição de cada uma diante do imperialismo (BOITO JUNIOR, 2012).

### **III. Quadro teórico metodológico: Estado Ampliado de Gramsci**

Neste trabalho, adotamos o conceito de Estado Ampliado do filósofo Antonio Gramsci para analisar as políticas pública, em especial o Currículo Mínimo, do Estado do Rio de Janeiro. Para Gramsci esse conceito é formado pela relação entre a sociedade política e a sociedade civil. A sociedade civil é composta por partidos políticos, sindicatos, igrejas, sistema escolar, mídia que formulam e disseminam as ideologias. Atualmente, ela atua também por meio de instituições e



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

organizações, incluindo os institutos de pesquisa, as organizações não-governamentais, as empresas de consultoria, as fundações filantrópicas, entre outros.

Outro conceito, utilizado por Gramsci (2002) e que adotamos em nosso trabalho, é o de hegemonia que pode ser entendido como construção de uma concepção de mundo. Dentro de uma perspectiva ampliada, o filósofo compreende a hegemonia como algo que não age somente sobre a estrutura econômica e política da sociedade, mas sobre a forma de concepção das orientações ideológicas e o modo de pensar (GRUPPI, 1978).

#### **IV. A crise estrutural do capital e a crise na escola pública**

A crise estrutural do capital dos finais de 1960 e no início de 1970 originou dois movimentos: na estrutura, a criação de novo um modelo de gestão flexível que modificou as relações de trabalho; na superestrutura, essa crise afetou os Estados Nacionais, modificando a sociedade política, e, na sociedade civil, emergiram vários aparelhos privados de hegemonia, difundindo a ideologia neoliberal.

Nesse contexto, a escola pública também foi atingida por essa crise. O modelo escolar que vigorou nos países centrais do sistema capitalista até 1970 passou uma transformação profunda nas suas bases materiais de sustentação e nas suas expectativas de democratização. A escola no modelo fordismo/keynesiano tinha como objetivos a formação do indivíduo para o pleno emprego e a sua integração na vida produtiva. Nesse período, a escola pública expandiu como uma necessidade da própria indústria fordista, uma vez que sua função era a formação dos jovens para o trabalho assalariado e de consumidores e eleitores com um mínimo de informação para a reprodução do sistema capitalista.

A classe trabalhadora era organizada em sindicatos fortes que tinham poder de pressão e reivindicavam políticas sociais, inclusive educação. De acordo com Souza Junior (2014), o Estado de bem-estar social, sustentado no crescimento econômico, tinha margens para mediar o conflito de classes e, assim, atender as reivindicações dos cidadãos e afastar a insatisfação social.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Assim, com o processo de recomposição burguesa, a escola pública precisou se adaptar ao novo modelo toyotismo/neoliberal, marcado pela produção flexível e pelo livre-mercado que divergia das ideias liberais-burguesas de universalização do ensino e da gratuidade obrigatória. Esse novo modelo de organização e gestão do trabalho pede um novo tipo de trabalhador e necessita de um novo tipo de escola que trabalhe com as competências e habilidade dos jovens. Dessa forma, Souza Junior (2004) destaca que se opera a crise da escola, ou seja, a incapacidade dos sistemas nacionais de educação nos dias atuais de realizar completamente o ideário liberal-burguês.

Portanto, a crise da escola deve ser entendida no conjunto de transformações por que passa a sociedade contemporânea. Segundo esse autor, a crise da escola não é um simples reflexo da crise que acontece no plano macrossocial, pois ela tem seu próprio movimento. No entanto, é na relação dessas transformações política e econômica que pode ser compreendida em sua totalidade.

Sendo assim, a burguesia e seus aparelhos privados de hegemonia passaram a formular políticas para a escola, voltadas, exclusivamente, para as exigências do capital em formar jovens e adultos para o trabalho simples. Para garantir sua função reprodutora, essa escola difunde a ideologia do empreendedorismo e da empregabilidade, visto que, na conjuntura da crise orgânica do capital e da recomposição burguesa, é rentável sustentar uma rede de microempreendedores individuais como fornecedores, finalizadores de produto ou até mesmo produtores de mercadorias.

Para Motta (2012), o termo empregabilidade busca legitimar a concepção de educação como mercadoria. Dessa maneira, a escola que prepara para o mercado objetiva liberdade e criatividade do indivíduo

Nesse cenário, o conceito de dualidade escolar assume uma dupla modalidade: a quantitativa e qualitativa. O modelo de educação dualista quantitativo caracteriza-se quando a distância de duas classes fundamentais se dá na forma do acesso, ou seja, quando a classe trabalhadora não ingressa na escola. Na modalidade qualitativa, coexistem dois modelos de educação: um para formação geral e outro para a profissionalização (SANTOS, 2012). Desse modo, entendemos que o sistema de ensino público burguês dualista não foi planejado para assegurar o desenvolvimento integral dos filhos dos trabalhadores, mas para atender as necessidades de determinadas áreas, como as novas tecnologias e as novas estratégias de controle social.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Nos anos 2000, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) instituiu o *Programme for International Student Assessment* (Pisa) – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – que estabeleceu critérios para verificar a proficiência leitora. Os países do capitalismo central e os países do capitalismo dependente passaram a reproduzir esse programa em seus sistemas de ensino. Nesse contexto, para atender essas orientações dos organismos internacionais, foi criado no Brasil o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), por meio da ação política de várias organizações da classe dominante, aglutinadas no movimento Todos pela Educação (TPE), no qual se desenvolveu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica como um indicador de qualidade na educação. Assim, as escolas públicas das esferas municipais e estaduais passaram a ser ranqueadas como base nesse índice. O Ministério da Educação (MEC) oferecia apoio técnico e financeiro àquelas que apresentavam “resultados” “insuficientes”. Esse financiamento era proposto por meio da adesão ao “Compromisso Todos Pela Educação” e da elaboração do Plano de Ação Articuladas (PAR). Através do PAR, o governo federal fornecia assistência técnica e apoio aos municípios e estados, buscando fortalecer uma cultura de parcerias e melhorar os resultados da educação no país. Dessa forma, objetivando o estabelecimento do IDEB como um instrumento para medir a qualidade das escolas, os sistemas municipais, estaduais e federais passaram a ter metas para atingir.

Em 2010, o estado do Rio de Janeiro ficou na penúltima colocação no ranking do IDEB. Esse resultado justificou a contratação do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) para reestruturar o sistema de gestão da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) (SILVA, 2017). Assim, esse instituto formulou algumas políticas que foram implementadas pela SEEDUC, materializada no Decreto Nº 42.793/2011. Esse decreto instituiu várias mudanças que atingiram o trabalho docente, por meio da criação de um currículo padronizado (Currículo Mínimo) para todas as escolas da rede e avaliações externas, baseadas nesse currículo.

De acordo com Andrade e Souza (2017), é possível perceber a relação desse currículo da rede estadual de Educação Básica do Rio de Janeiro com os fundamentos neoliberais, formulados por organismos internacionais para a educação. Essa nova proposta curricular objetiva determinar os conteúdos mínimos para cada série de ensino e formar o estudante para o trabalho simples.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O Currículo Mínimo da disciplina de Língua Portuguesa (RIO DE JANEIRO, 2012) foi dividido em três focos, um para cada bimestre: Leitura, Uso da Língua, e Produção Textual. Apesar da organização apresentada, os conteúdos propostos nesse documento não articulavam o trabalho interdisciplinar e desconsideravam as especificidades dos contextos locais em que vivem os estudantes.

No que se refere, especificamente, ao ensino de leitura, o Currículo Mínimo apresentava, habilidades e competências que eram exigidas nas avaliações externas, aplicadas pela própria SEEDUC, o SAERJ, e nas avaliações aplicadas pelo MEC, a Prova Brasil. Essas avaliações não buscavam melhorar o aprendizado dos alunos, mas apenas produzir resultados que justificassem a implementação das políticas neoliberais, desenvolvidas de acordo com os interesses desses organismos internacionais.

### **V. Conclusão**

De acordo com os objetivos propostos neste artigo, entendemos que as políticas educacionais para o ensino de leitura estão vinculadas às orientações dos organismos internacionais para a formação do trabalho simples, uma vez que não proporcionam o conteúdo para a formação do conhecimento crítico do estudante. Além disso, observamos a participação de organismos da sociedade civil na formulação das políticas públicas educacionais, evidenciando o estudo do Estado Ampliado como uma ferramenta teórica e metodológica.

Dessa forma, compreendemos que a crise da escola pública propiciou a entrada de técnicas empresariais com a justificativa de “melhorar” os resultados produzidos pelas avaliações externas, determinando os conteúdos do Currículo Mínimo.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## **VI. Bibliografía**

ANDERSON, P. **Balço do neoliberalismo**. In: GENTILLI, P. y SADER, E. (orgs.) **Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.p 9-23.

ANDRADE, Igor e SOUZA, José dos Santos. **GESTÃO CURRICULAR NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: considerações acerca do Decreto Estadual nº 42.793/2011**. In: **Anais do IV SEMTEPP – Seminário Trabalho, Educação e Políticas Públicas**, Nova Iguaçu, RJ, Brasil, 19 a 21 setembro, 2017, pp. 143-162.

ANTUNES, Ricardo. **A Substância da Crise (Introdução)**. In: MÉSZÁROS, István. **A crise do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas, Autores Associados, 2005.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRESSER PEREIRA, L.C. **A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília, DF: **Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado**, 1997. (Cadernos MARE da reforma do Estado; v. 1). 58p.

BOITO Jr., Armando. A nova burguesia nacional no poder. In: BOITO Jr., Armando. e GALVÃO, Andréia (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, pp. 69-106.

GIDDENS, Anthony. **Terceira Via: Reflexões sobre o impasse política atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 1999

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol.3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. RJ: Graal, 1977.

MARTINS, André Silva e NEVES, Lúcia (org). **Educação Básica: Tragédia Anunciada**: São Paulo: Xâma, 2015. 208p



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Marx, nosso contemporâneo, e seu conceito de globalização**. In: ANTUNES (ORG). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOTTA, Vânia Cardoso da. **Ideologia do Capital Social: Atribuindo uma face mais humana do capital**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2012. p.p.237-269

NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso**. São Paulo, Ed. Xamã, 2005.

OLIVEIRA, F; NETTO, JP; SADER. Emir. In: GENTILLI, P. y SADER, E. (orgs.) **Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

RIO DE JANEIRO. SEEDUC - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Proposta Curricular**. Rio de Janeiro: SEEDUC-RJ, 2012.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XX**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SILVA, Fabrício Fonseca da. A Nova Ofensiva do Capital nas Escolas Públicas: a inserção do modelo de gestão empresarial na rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro. In: **XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os Preconceitos: História e Democracia**, promovido pela Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502845220\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnpuh-fabricio.pdf](http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502845220_ARQUIVO_ArtigoAnpuh-fabricio.pdf)

SOUSA JÚNIOR. **A Crise da Escola**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.